CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1000/77

INTERESSADO - Poder Judiciário

ASSUNTO - Solicita informação

RELATOR - Conselheiro Jair de Moraes Neves

PARECER CEE Nº 888/78 - CESG - Aprovado em 06/07/78

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO

O Meritíssimo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível dirige-se a este Conselho solicitando informações sobre a "qualificação, formação e nível cultural obrigatório a cada indivíduo que pretenda lecionar em cursos supletivos".

2 - APRECIÇÃO

A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus é tratada no Capítulo V da Lei Federal nº 5692/71, compreendendo os artigos que vão do 29 ao 40.

O artigo 32, que é específico para o ensino supletivo, diz: "O pessoal docente do ensino supletivo terá preparo adequado às características especiais desse tipo de ensino, de acordo com as normas estabelecidas pelos Conselhos Estaduais de Educação".

No Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o ensino supletivo foi disciplinado pela Deliberação CEE nº 14/73, que, no seu artigo 26, dispõe:

"O pessoal docente do Ensino Supletivo terá preparo adequado às características especiais desse tipo de ensino, de acordo com normas que serão fixadas pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 1º - Dos professores das matérias do "Núcleo Comum" e do artigo 7º da Lei Federal nº 5692/71, de cursos supletivos equivalentes aos do ensino regular, será exigida, no mínimo, a mesma formação requerida dos docentes do ensino regular de 1º e 2º graus, ressalvado o disposto no artigo 86 do supracitado diploma legal.

§ 2º - Enquanto não forem baixadas as Normas previstas no "caput" deste artigo, a Secretaria da Educação autorizará, a título precário, o exercício da docência para as matérias profissionalizantes, atendidas as peculiaridades do ensino supletivo, sua modalidade e nível de curso."

A formação requerida dos docentes do ensino regular, a que se refere o § 1º acima citado, está definida no artigo 30, alíneas "a", "b" e "c" da Lei Federal nº 5692/71.

Diz o artigo 30:

" E x i g i r - s e - á c o m o f o r m a ç ã o m í n i m a

a) no ensino do 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;

b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;

c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena."

PROCESSO CEE Nº 1000/77 P A R E C E R CEE Nº 888/78

O artigo 86 da Lei Federal nº 5692/71, ao qual faz referência o § 1º do artigo 26 da Deliberação CEE nº 14/73, assegura os direitos dos professores que obtiveram registro definitivo no Ministério da Educação, antes da vigência da Lei. Em virtude deste dispositivo, podem tais professores exercer o magistério, quer no ensino regular, quer no supletivo, mesmo que não tenham a qualificação exigida pelo artigo 30.

A existência de corpo docente qualificado é condição para que a Secretaria da Educação autorize o funcionamento da escola ou curso, tanto no ensino regular, como no supletivo.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, voto no sentido de que se responda ao Meritíssimo Juiz de Direito da Segunda Vara Cível nos termos deste Parecer.

São Paulo, 03 de julho de 1978.

Jair de Moraes Neves
Relator

III-DECISÃO DA CÂMARA

A ~~CÂMARA~~ CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator. Presentes os nobres Conselheiros: Hilário Torloni, Jair de Moraes Neves, José Augusto Dias, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Oswaldo Fróes.

Sala da CESG, em 05 de julho de 1978

a) Cons. HILÁRIO TORLONI - Presidente

PROCESSO CEE Nº 1000/77 PARECER CEE Nº 888/78 4

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 06 de julho de 1978

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VZ GUIMARÃES
Presidente